



Prefeito usa dinheiro do IPTU da Petrobras e “esquece” reposição do servidor

Mais uma das manobras do governo contra o servidor. Ao ter conhecimento da entrada de quase R\$ 12 milhões no orçamento do município, imediatamente o Sindserv começou a questionar a Câmara e a Prefeitura sobre os valores. O dinheiro entrou nos cofres municipais com o lançamento de “Outras Receitas”, conforme apareceu no Portal da Transparência de 15 de fevereiro de 2016.

pág. 3



7 de maio: servidores prometem grande mobilização

pág. 3

Corte de adicionais na prefeitura é cobrado pelos vereadores

pág. 4

Funcionários da Câmara ganham reposição de 10%; vereadores podem receber benefício também

Os vereadores de São Sebastião aprovaram por unanimidade de votos um projeto da Mesa Diretora que concede o reajuste de 10% aos servidores do Legislativo, retroativo a 1º de abril. Segundo a proposta, a reposição estabelecida compreende as perdas salariais de maio de 2014 a março de 2015. A proposta cita ainda que a reposição também é extensiva aos subsídios dos vereadores. Hoje, os parlamentares ganham R\$ 6 mil. Os salários dos novos parlamentares podem chegar a R\$ 6,6 mil.

pág. 4

Servidores da Fundação de Saúde aprovam proposta de Convenção Coletiva

Servidores da Fundação de Saúde Pública aprovaram a proposta discutida em assembleias anteriores que se refere a Convenção Coletiva da categoria. O documento tem mais de 40 cláusulas e prevê vigência de 1º de maio de 2016 e término em 30 de abril de 2017.

pág. 5

SINDSERV FLAGRA



A equipe do Sindserv flagrou as condições dos pneus de ônibus que transportam funcionários da Secretaria de Administrações Regionais (Seadre), colocando em risco a vida destes trabalhadores.

pág. 6



Resposta rápida quando convém...

Querido (a) servidor (a). Mais uma vez a administração tenta desqualificar a figura jurídica do Sindserv e seus representantes.

Com estranha e enorme rapidez, o secretário (servidor) se incomodou com matéria publicada no Jornal Alerta Servidor (Edição 149 de março de 2016) que fala da imoralidade da reposição salarial do prefeito e seu vice, enquanto os efetivos continuam a ver navios.

O secretário encaminhou ofício e carta pedindo a retratação de tal veiculação. Publicamos, mas é claro, com nota jurídica do Sindserv acompanhada, afinal é o leitor e servidor que verá que não estamos mentindo.

Sabemos que os vencimentos do prefeito e do vice não estão vinculados aos reajustes concedidos aos servidores, até por que se assim fosse, o servidor público municipal não te-

ria ficado sem reajuste em 2014, mas nem tudo que é legal é moral...

Poderia o nobre secretário e o Excelentíssimo Prefeito responderem com tamanha presteza e rapidez aos inúmeros ofícios encaminhados pelo Sindserv à Prefeitura em

“**Seguindo o exemplo das donas de casa que cortam gastos supérfluos para poder pagar o essencial quando ocorre uma queda no orçamento**”

relação a reposição do servidor (22,71% referente ao repasse da inflação de 2015 e 2016).

Poderia o nobre secretário e o Excelentíssimo Prefeito responderem com tamanha presteza e rapidez a entrada de quase R\$ 12 milhões nos cofres municipais e nenhuma migalha será direcionada

ao trabalhador.

Poderia o nobre secretário e o Excelentíssimo Prefeito responderem com tamanha presteza e rapidez o corte ilegal dos adicionais de insalubridade e periculosidade de dezenas de servidores.

Poderia o nobre secre-

tário e o Excelentíssimo Prefeito responderem com tamanha presteza e rapidez a quantidade abusiva de cargos comissionados.

Poderia, poderia, poderia nos dizer onde está a valorização do servidor que foi pregada em campanha eleitoral. Quando o calo doi, a resposta vem a jato!

O fato é, companheiros, ficamos de forma errônea atrelados a uma pendência judicial que não demos causa, enquanto o prefeito deveria ter tomado atitudes que amenizassem a queda de arrecadação do município, para que ela (prefeitura) pudesse honrar com seus compromissos.

Seguindo o exemplo das donas de casa que cortam gastos supérfluos para poder pagar o essencial quando ocorre uma queda no orçamento.

Audrei Guatura – presidente do Sindserv

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv).
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545 / FAX: (12) 3892.4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com
Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:

Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)

Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsuhashi; Josiel de Carvalho; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:

Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes:IVALDO PAIXÃO TAVARES BRAGA; PAULO SÉRGIO DA SILVA.

Jornalista:

Acácio Gomes – MTB 40.024/SP

Diagramação:

Marizita Silva

Impressão:

Atlântica Gráfica e Editora

Tiragem: 2.500 exemplares

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 "usque" à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará, conforme datas, locais e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 07/05/2016 – Sábado

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro – São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 09h00min
2ª Convocação 10h00min

PAUTA:

1. Avaliação e discussão da resposta da administração referente a falta do repasse do índice inflacionário da campanha salarial 2015/2016, (para toda categoria, celetista e estatutária);
2. Avaliação e discussão da resposta da Fundação de Saúde, referente a Convenção Coletiva de Trabalho (Específica aos trabalhadores da Fundação). São Sebastião, 27 de abril de 2016.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente



Prefeito usa dinheiro do IPTU da Petrobras e “esquece” reposição do servidor



Mais uma das manobras do governo contra o servidor. Ao ter conhecimento da entrada de quase R\$ 12 milhões no orçamento do município, imediatamente o Sindserv

começou a questionar a Câmara e a Prefeitura sobre os valores. O dinheiro entrou nos cofres municipais com o lançamento de “Outras Receitas”, conforme apa-

receu no Portal da Transparência de 15 de fevereiro de 2016. Porém, sorrateiramente, a administração alterou a entrada da receita no Portal da Transparên-

cia de 14 de abril de 2016 e lançou o dinheiro como “Imposto Predial”. A estratégia para enganar o servidor foi de que como o dinheiro entrou como arrecadação de

IPTU (mesmo sendo de briga judicial com a Petrobras), teria de ser usado conforme determina a legislação, como para a Educação e a Saúde.

Não bastasse a indecência orçamentária, o alcaide usou de mais de uma de suas estratégias para não cumprir as promessas junto ao servidor e tentar jogar a categoria contra a população.

Em regime de urgência, o prefeito Ernane Primazzi (PSC) enviou então um projeto de lei para suplenção dessa verba na área da Educação.

A alegação foi de que o dinheiro será para construção de uma nova escola em Juquehy na ordem de R\$ 11.993.405,06. O projeto prevê ainda mais R\$ 1,3 milhão para construção de uma creche no Jaraguá.

A manobra só mostra a falta de compromisso do prefeito com o servidor, já que em todas suas manifestações a garantia de uma reposição ao servidor seria atrelada ao pagamento do IPTU da Petrobras que estava em juízo

Presidente do Sindserv usa tribuna e cobra políticos



A presidente do Sindserv, Audrei Guatura, usou a tribuna livre na sessão da Câmara da cidade. Ela cobrou dos vereadores um posicionamento em relação a reposição salarial dos servidores da Prefeitura que não é pago desde o ano passado, sob alegação de que o IPTU da Petrobras está em juízo.

“A promessa do governo foi de que quando saísse o dinheiro do IPTU da Petrobras (mesmo parte dele), teríamos reajuste. O servidor teve uma reposição de 6,28% em maio de 2015 referente ao ano de 2014. De lá para cá, a administração não fez nenhum repasse. É inadmissível para uma cidade não dar a reposição ao servidor. Ubatuba deu 11%, Ilhabela deu 10,4% e São Sebastião 0%. A administração não cumpre com o dever. O dinheiro do IPTU da Petrobras entrou e a Prefeitura deu um ‘passa moleque’ no servidor. Não somos contra escola, contra creche, mas o governo tem que dar conta da Educação e também da reposição do servidor”, relatou.

Dia 7 de maio: servidores prometem grande mobilização em resposta ao descaso

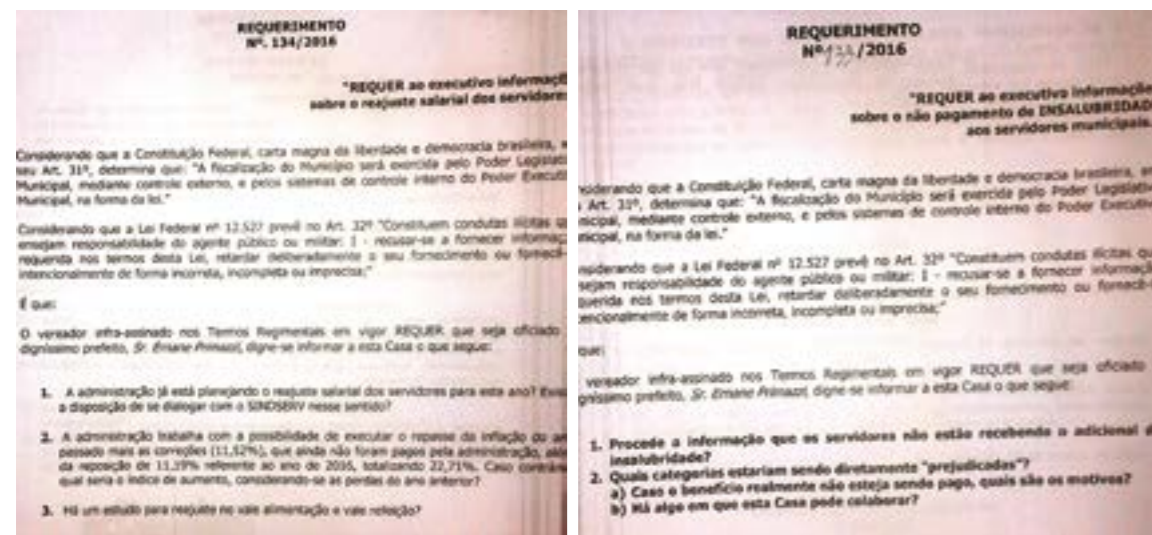
Os servidores públicos municipais de São Sebastião aprovaram em assembleia realizada dia 13 de abril a manutenção do estado de greve de toda a categoria.

Os trabalhadores aprovaram ainda a realização de uma nova assembleia marcada para 7 de maio (sábado), às 10h, em segunda chamada na sede do Sindserv para deliberação de ações efetivas. Os servidores deram prazo até o dia 6 de maio para que a administração se manifeste.

A proposta aprovada em segunda votação foi a seguinte: repasse da inflação do ano passado mais as correções (11,52%), que ainda não foi pago, além da reposição de 11,19% referente ao ano de 2016, totalizando 22,71%.

Além disso, foi encaminhada a proposta do aumento do vale alimentação de R\$ 240 para R\$ 300, bem como o vale alimentação de R\$ 16 (por dia) para R\$ 25 (por dia).

Vereadores aprovam documento que cobra reposição e adicionais de servidores



Foi aprovado na sessão da Câmara de São Sebastião um requerimento, de autoria do vereador Gleivison Gaspar, o Professor Gleivison (PMDB), que pede ao Executivo informações sobre o reajuste salarial dos servidores.

No documento, ele questiona se a administração está programando o repasse aos servidores e um diálogo com o Sindserv, se dará os 22,71% pedidos em campanha salarial e se haverá aumento dos vales alimentação e refeição.

“É claro que o servidor motivado trabalha melhor. O servidor é a engrenagem da administração. Estou iniciando a discussão antes do mês de maio para que haja planejamento. A Prefeitura precisa conversar com o Sindserv. O servidor tem um sindicato, que é o Sindserv, e não um Siproem, que desconta do professor sem autorização e com a convivência de alguém. Não estamos falando de aumento, mas de reposição, que é lei, não é favor. Se está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, então que a administração corte cargos”, disse o vereador Onofre Neto (DEM) disse que hoje a situação financeira da Prefeitura de São Sebastião está melhor do que no ano passado. “Sabemos que uma parte menor chegou para a Prefeitura do dinheiro da Petrobras. Temos um atraso de repasse e temos um período eleitoral”, comentou.

ção, que é lei, não é favor. Se está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, então que a administração corte cargos”, disse o vereador Onofre Neto (DEM) disse que hoje a situação financeira da Prefeitura de São Sebastião está melhor do que no ano passado. “Sabemos que uma parte menor chegou para a Prefeitura do dinheiro da Petrobras. Temos um atraso de repasse e temos um período eleitoral”, comentou.

Já o vereador Reinaldo Alves Moreira, o Reinaldo (PSDB), “o reajuste do servidor foi deixado de lado. Dentro das margens de economicidade e do percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi de 46% apontado em audiência pública, o governo pode conceder. O que estranha é a nomeação de secretários que ninguém conhece. Ouvi a indisposição entre o prefeiteiro e o Sindicato, mas a discussão tem de existir”.

Para o vereador Jair Pires (PSDB), é o servidor que mantém a máquina administrativa. “O prefeiteiro passa e o servidor continua. Sempre se fala da Petrobras, a mesma desculpa, mas acho que falta planejamento. O poder de compra do servidor caiu e isso acontece há quatro anos. É só cumprir a lei, não é favor. Se está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, então que a administração corte cargos”, disse o vereador Onofre Neto (DEM) disse que hoje a situação financeira da Prefeitura de São Sebastião está melhor do que no ano passado. “Sabemos que uma parte menor chegou para a Prefeitura do dinheiro da Petrobras. Temos um atraso de repasse e temos um período eleitoral”, comentou.

prir a lei, não é favor. Goste ou não do Sindserv tem que conversar com o Sindicato”, disse.

O vereador Onofre Neto (DEM) disse que hoje a situação financeira da Prefeitura de São Sebastião está melhor do que no ano passado. “Sabemos que uma parte menor chegou para a Prefeitura do dinheiro da Petrobras. Temos um atraso de repasse e temos um período eleitoral”, comentou.

Insalubridade

Na mesma sessão, os vereadores de São Sebastião aprovaram o requerimento que pede informações ao Executivo sobre o não pagamento de insalubridade aos servidores municipais.

No documento, a Câmara questiona se procede a informação de que os servidores não estão recebendo o adicional, quais categorias estariam sendo

prejudicadas e quais os motivos para os cortes.

“Estamos em plena campanha contra a dengue e H1N1 e ainda acontece o corte da insalubridade. Tem trabalho que afeta a condição de saúde dos servidores, isso é lei. Precisamos de uma resposta”, comentou o autor do requerimento, Professor Gleivison (PMDB).

O vereador Reinaldo (PSDB) disse ter sido procurado por agentes de endemias falando o corte. “É inadmissível que esse profissional não receba o adicional”.

Jair Pires (PSDB) foi além e informou que os funcionários novos que estão sendo chamados do concurso público já não recebem o adicional.

O líder de governo, vereador Marco Fuly (PTB) relatou que haverá uma reunião sobre o assunto com representantes da Secretaria de Saúde. “O engenheiro decidiu pelo corte e o secretário de Saúde não concordou com a

questão. Se tiverem direito, a administração pagará retroativo”, garantiu.

Periculosidade

Em sessão seguinte da Câmara, os vereadores também aprovaram o requerimento que questiona o pagamento de periculosidade aos servidores.

De autoria do vereador Gleivison Gaspar, o Professor Gleivison (PMDB), o documento questiona o corte de adicional de periculosidade feito para alguns servidores da Prefeitura. Ele quer saber qual o motivo de a prefeitura ter feito o corte e quais categorias foram afetadas.

Segundo o vereador Reinaldo Alves Moreira (PSDB), muitos servidores, em especial os dentistas, tiveram reduções drásticas em seus salários. “Não sabemos quem fez o laudo que determinou o corte e com que base técnica foi feito esse corte”, disse.



Funcionários da Câmara ganham reposição de 10%; vereadores podem receber benefício também

Os vereadores de São Sebastião aprovaram por unanimidade de votos um projeto da Mesa Diretora que concede o reajuste de 10% aos servidores do Legislativo, retroativo

a 1º de abril.

Segundo a proposta, a reposição estabelecida compreende as perdas salariais de maio de 2014 a março de 2015.

A proposta cita ainda que a reposição

também é extensiva aos subsídios dos vereadores. Hoje, os parlamentares ganham R\$ 6 mil. Os salários dos novos parlamentares podem chegar a R\$ 6,6 mil.



Servidores da Fundação de Saúde aprovam proposta de Convenção Coletiva

Servidores da Fundação de Saúde Pública aprovaram a proposta discutida em assembleias anteriores que se refere a Convenção Coletiva da categoria.

O documento tem mais de 40 cláusulas e prevê vigência de 1º de maio de 2016 e término em 30 de abril de 2017.

Entre os assuntos colocados na proposta estão: o salário normativo; o pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês; gratificação universitária, reconhecimento de dos atestados médicos e odontológicos; ausências justificadas; licença médica; estabilidade à gestante; licença adoção; licença paternidade; auxílio cre-

che e salário família, entre outros itens.

Em relação à campanha salarial, a proposta apresentada foi um reajuste salarial de 11,52% referente ao período de 2014/2015 e mais 11,19% referente ao período de 2015/2016, totalizando 22,71%.

Aprovada também a proposta do vale alimentação de R\$ 300 (que hoje se paga R\$ 93) e a criação do vale refeição de R\$ 25 por dia.

A Comissão de Servidores da Fundação e os representantes do Sindserv já elaboraram a redação final do documento e encaminharam à direção da Fundação de Saúde Pública.



Boas-vindas aos professores recém-efetivados

Nesse ano de 2016, a Prefeitura de São Sebastião convocou para tomar posse mais de uma centena de professores.

Isto ocorreu, fundamentalmente, porque o Sindserv vem há anos pressionando para que a Prefeitura acabe com a política de contratação precária na Educação, bem como em outras áreas.

Faz isto porque o professor contratado não tem uma série de direitos que o professor efetivo tem (promoção, licença-prêmio, abonada, etc.), tende a sofrer mais assédio moral, além de ficar desempregado no final do ano sem direito às férias, embora já tenhamos jurisprudência em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) já abre brechas para que União, estados e municípios sejam obrigados a pagar o FGTS a todos

os servidores contratados sem concurso público. Os trabalhadores envolvidos nesse tipo de contrato têm direito não apenas ao salário pelo período trabalhado, mas aos depósitos e saque no FGTS em caso de demissão. A eles não é concedida, no entanto, a multa de 40% do fundo, que no setor privado é paga pelo empregador.

Contra isto, o Sindserv fez em dezembro de 2013 (ver Alerta Servidor 131) uma representação no Ministério Público que desdobrou em um inquérito civil. Junto a isto, diversos professores ingressaram na Justiça reivindicando o direito de tomar posse de contratados, que chegou a ser mais da metade da rede.

Mesmo hoje o número de contratados ainda é alto, não há um Plano de Cargos e Carreira do Município como determina a LDB, além de proble-

mas gerais dos servidores como arrocho salarial e assédio moral. Além disso, administrações municipais insistem em não dar direitos a esses trabalhadores, como abonadas. O Sindserv, inclusive, tem tratado do assunto após denúncias feitas para os professores.

Recentemente surgiu mais um problema, desta vez organizativo. Um outro sindicato ganhou na Justiça a representação legal dos professores de São Sebastião, mesmo sem ter nenhum diretor na base e, na época, um único filiado no município.

Entendemos que esta medida enfraquece a luta dos servidores como um todo, tanto que a Prefeitura apoiou a medida judicial na tentativa de enfraquecer o Sindserv.

Por isto chamamos os professores recém-efetivados a se sindicalizarem ao Sindserv para fortalecer a categoria em suas lutas justas!

Você Sabia?

A pedido de alguns servidores, o Sindserv foi buscar no Estatuto do Servidor a legislação que se refere a questão da sexta-parte.

Segundo o artigo 138, a sexta-parte do vencimento é devida a todos os servidores públicos municipais a partir da data em que o servidor completar 20 anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Ainda de acordo com a legislação vigente, a sexta-parte será calculada sobre o vencimento básico acrescido das incorporações pessoais do servidor. O benefício incorpora-se à remuneração para todos os efeitos legais.

É importante salientar ainda que não terá direito à sexta-parte o servidor que:

- nos últimos cinco anos do período aquisitivo, houver sofrido qualquer pena disciplinar, exceto a de advertência;
- durante o período aquisitivo tiver mais de 50 faltas injustificadas, contadas a partir de 01 de janeiro de 2012.



SINDSERV FLAGRA

A equipe do Sindserv flagrou as condições dos pneus de ônibus que transportam funcionários da Secretaria de Administrações Regionais (Seadre), colocando em risco a vida destes trabalhadores. Tão logo viu a nossa fiscalização, a administração correu e substituiu os pneus. Estamos e continuamos de olho!!!



Educação

E dois meses após uma fiscalização do Sindserv, olha como continua a situação da Escola Municipal de Boracéia Carrossel. O local não passa por manutenção há muito tempo e as grades estão enferrujadas colocando em risco nossas crianças.



Saúde

Temperaturas altas e calor forte que chegou a 37° nas últimas semanas. Sem ar condicionado e sem ventiladores: esta é a situação dos trabalhadores da Vigilância Sanitária em plena sede da Secretaria de Saúde.



Denuncie

E atenção servidor, se você tiver alguma denúncia, mande um email para jornalismo@sindserv.com. Você pode também mandar um vídeo com as condições de trabalho do seu setor para que este seja reproduzido na nossa página nas redes sociais: [facebook.com/sindservindependente](https://www.facebook.com/sindservindependente)

Espaço Jurídico



Cortes ilegais

O Jurídico do Sindserv vem recendo várias denúncias de servidores em relação aos cortes dos adicionais de insalubridade e periculosidade, como agentes de endemias, braçais, entre outros. Os cortes foram feitos sem nenhuma justificativa e sem laudos do engenheiro de segurança do trabalho, que por si só caracterizaria crime de improbidade administrativa por parte do administrador.

Processos administrativos

O Departamento Jurídico do Sindserv, através do advogado Ricardo Harada, reverteu quatro processos administrativos movidos contra servidores por suposto abandono de emprego. Foram dois agentes comunitários de saúde, um vigia e um braçal.

Adicional por tempo de serviço (quinquênio) deve ser calculado sobre vencimentos integrais

O servidor público do Estado de São Paulo tem direito ao recebimento de um adicional por tempo de serviço a cada cinco anos em efetivo exercício. É o chamado quinquênio, que consiste em um acréscimo de 5%, calculado sobre o valor dos vencimentos.

De acordo com o artigo 129 da Constituição Estadual, servidores públicos estaduais ativos, aposentados e seus pensionistas têm o direito de ver seus quinquênios calculados com base nos vencimentos integrais - o que deve ser entendido como o salário base acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, de natureza não eventual, como, por exemplo, gratificações, prêmios e adicionais.

No entanto, o Estado de São Paulo calcula os quinquênios apenas com base no salário-base, em desrespeito à lei e em manifesto prejuízo financeiro dos servidores públicos.

Diante disso, cabe ao servidor ingressar com ação judicial para pleitear o recálculo do adicional por tempo de serviço, de modo que incida sobre todos os vencimentos, e não somente sobre o vencimento padrão.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem reconhecendo o direito dos servidores públicos e seus pensionistas ao recálculo dos adicionais sobre os vencimentos integrais, baseando-se, inclusive, em farta e qualificada doutrina. Renomados estudiosos do Direito Administrativo como Helly Lopes Meireles, Odete Medauar e Regis Fernandes de Oliveira compartilham o mesmo entendimento: o de que o cálculo do adicional quinquenal deve ser feito de modo a incluir todas as vantagens pecuniárias percebidas pelo servidor.

A Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo há muito já sedimentou entendimento no sentido de que o adicional por tempo de serviço deve ser calculado sobre os vencimentos integrais, ressalvadas apenas as verbas de caráter eventual, conforme se extrai do julgamento de duas Assunções de Competência de nºs 844.381.5/0-00 e 0087273-47.2005.8.26.0000.

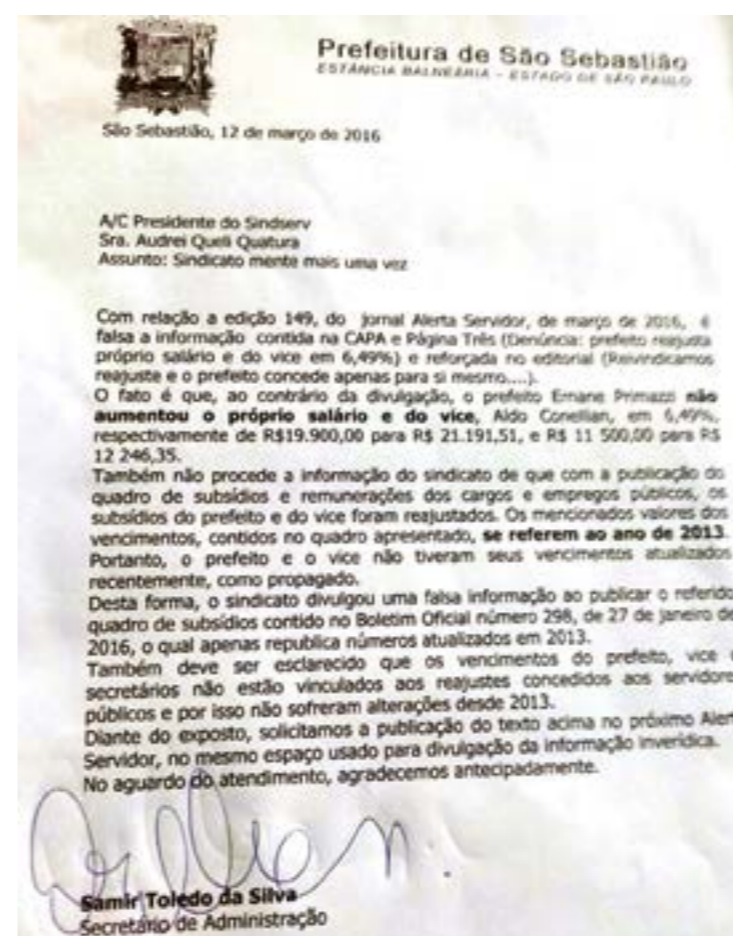
Ocorre, infelizmente, que os gestores públicos persistem em ignorar a lei, mantendo o cálculo do quinquênio apenas sobre o vencimento padrão, o que culmina no pagamento de um valor menor do que o efetivamente devido. Assim, resta aos servidores prejudicados recorrer ao caminho da Justiça, que tem, com muita frequência, acatado esse pleito.



Lucas Cavina Mussi Mortati

OAB/SP 344.044

DIREITO DE RESPOSTA



ERRATA MATÉRIA ALERTA SERVIDOR

Em função de um equívoco em relação a divulgação de data e ano, o Sindserv vem por meio deste comunicado esclarecer dúvidas a respeito da matéria de capa do Jornal Alerta Servidor - Edição 149 - de março de 2016, também reproduzida na Página 3 do periódico.

A citada matéria retrata que o prefeito e o vice tiveram reajuste de 6,49% em seus salários, divulgado no Boletim Oficial do Município de 27 de janeiro de 2016 (Edição nº 298). Porém, a reposição se deu em 2015. Mas cabe salientar que os agentes políticos tiveram sim reposições salariais ao longo dos anos, mesmo que as tais (reposições) não sejam atreladas aos reajustes dos servidores. Mesmo sendo legal, questionamos se tais atos foram morais, visto que a categoria não recebe reposição desde 2015 e, muito menos, ganho real.

Vejamos os vencimentos do prefeito e vice ao longo dos anos:

- Boletim Oficial Edição 034 - 07 de fevereiro de 2013

Salário Prefeito: R\$ 15.680,00

Salário Vice: R\$ 8.650,00

- Boletim Oficial Edição 099 - 05 de fevereiro de 2014

Salário Prefeito: R\$ 19.900,00

Salário Vice: R\$ 11.500,00

- Boletim Oficial Edição 165 - 23 de janeiro de 2015

Salário Prefeito: R\$ 21.191,51

Salário Vice: R\$ 12.246,35

- Boletim Oficial Edição 298 - 27 de janeiro de 2016

Salário Prefeito: R\$ 21.191,51

Salário Vice: R\$ 12.246,35

Movimentos sindicais preparam 1º de Maio unificado

O servidor público em todo o Brasil não tem muito o que comemorar. No próximo dia 1º de maio, data dedicada ao trabalhador, os movimentos sindicais preparam um domingo com várias atividades nas ruas e, dentre elas, ato público em defesa da valorização do funcionário em São Paulo.

A mobilização terá a participação da Unidos pra Lutar e que contará com apoio do Fórum dos Sindicatos do Litoral Nor-

te e, consequentemente, do Sindserv.

A previsão é que compareçam cerca 100 mil pessoas de todos os sindicatos ligados às Centrais Sindicais.

Na atividade, estará em pauta a luta contra as privatizações, contra as medidas provisórias que atacam direitos dos trabalhadores, pela regulação da mídia, pela reforma política, agrária e urbana, além discutir o arrocho salarial.



PL 257/16 pode levar ao congelamento salarial, a mais cortes e a demissões

ESTÁ PARA SER VOTADA NA CÂMARA FEDERAL A PLP 257/2016 QUE:

- Suspende concursos públicos;
- Congela o salários dos servidores;
- Reduz drasticamente as despesas com contratações;
- Aumenta a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para 14%;
- Reduz benefícios como reajustes e triênios;
- Possibilita a venda de patrimônio público;
- Desconsidera a função das assembleias legislativas.

COBRE DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO PARÁ O VOTO CONTRA ESSA MEDIDA. VAMOS DIZER NÃO!

O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e do Planejamento, Valdir Simão,

anunciaram em março outro pacote de medidas voltado para “conter” os gastos públicos e “manter as metas fiscais”.

Na verdade, termos pomposos que significam manter o escandaloso pagamento aos banqueiros, que levam mais de 45% do Orçamento Federal, enquanto a Saúde (que é voltada para

a grande massa de necessitados) não recebe nem 4% deste Orçamento.

A nova proposta prevê, entre outras coisas, um possível congelamento salarial do funcionalismo, corte de até 30% com benefícios pagos a servidores e programas de demissões incentivadas com o intuito de atingir eventuais metas fiscais.

Essas propostas estão sendo amadurecidas desde o final de 2014 e em fevereiro último houve uma apresentação pelo governo. Mais uma vez as medidas,

que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingem diretamente o serviço público e programas sociais.

Servidores públicos na mira

Esse plano apresentado pelo governo é ainda pior do que foi apresentado em fevereiro. Não só porque limita benefícios ou reajustes salariais, mas porque

efetivamente seu detalhamento aponta para cortar salários, direitos e emprego, mostrando o descaso repugnante desse governo e da oposição de direita com os serviços públicos no Brasil, porque atacar o servidor é atacar os próprios serviços públicos dos quais dependem a população.

Neste momento são os servidores públicos que estão na linha de frente e os que têm reajuste de acordo com o salário mínimo. Logo, logo o ataque será generalizado.

Sucesso, Curso de Formação em Política e Economia prepara segunda turma

O Sindserv, em parceria com Movimentos

Sociais, realizou durante uma semana um Curso de

Formação em Política e Economia.

A formação gratuita foi realizada na Subsede do

Sindserv na Costa Sul e os presentes puderam debater interessantes assuntos em voga no cotidiano.

Entre os temas tivemos: os problemas da sociedade; as tentativas de organização da sociedade pelos trabalhadores; o sistema produtivo brasileiro; Capitalismo x Socialismo; e a construção de uma nova sociedade.

A organização já pretende realizar um segundo módulo do curso com participantes do Centro e Costa Norte.

